



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Companhia Aberta - Código CVM 13.765

CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

Av. Senador Alberto Pasqualini, 1535 - Bairro São Cristóvão – Lajeado (RS)

Código de negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

("BM&FBOVESPA"): MNPR3

Identificação da Companhia

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.
CNPJ-MF 90.076.886/0001-40
Registro na JUCERGS – NIRE 43300031161

Registro na CVM

Registro de Companhia Aberta perante a CVM, concedido em 21 de dezembro 1990

Sede

Av. Senador Alberto Pasqualini, 1535 - Bairro São Cristóvão
Lajeado – RS – CEP 95900-000

Diretoria de Relações com Investidores

Responsável: Paulo Vicente Sperb
Localização: Sede da Companhia
Contatos: Telefone 51-3714.9400
E-mail: diretoria@minuano.com.br

Audidores Independentes

DRS Auditores
CNPJ 05.858.335/0001-69 – Cód. CVM 995-4
Rua Felicíssimo de Azevedo, 53 – Sala 502
90540-110 – Porto Alegre – RS
Roberto José Fidryszewski
roberto@drsauditores.com.br
Fone: 51-3343-5556

Atendimento aos Acionistas

O atendimento aos acionistas é efetuado em qualquer agência do Banco Itau S.A. ou na sede
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 – 9º andar
04344-902 – São Paulo - SP
Pessoa de contato: Adriana Gomes de Souza Veiga
adriana.souza@itau-unibanco.com.br
Fone: 11-5029-1942

Mercado Mobiliário

As ações de emissão da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA, sendo negociadas sob o código “MNPR3”.

Jornais nos quais divulga informações

As informações referentes à Companhia são divulgadas no “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul” e nos jornais “O Informativo do Vale” (RS) e “Valor Econômico” (SP).

Síte na Internet

O síte da Companhia na Internet está disponível sob o endereço www.minuano.com.br.
As informações constantes do síte da Companhia não são parte integrante deste Formulário de Referência nem se encontram incorporadas por referência a este.

ÍNDICE

Item	Assunto	Página
1	IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO	09
1.1	Declaração do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores	
2	AUDITORES	09
2.1	Informações sobre os auditores independentes	
2.2	Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social	
2.3	Outras informações relevantes	
3	INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS	11
3.1	Informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da	
3.2	Medições não contábeis	
3.3	Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social e às últimas informações contábeis que as altere substancialmente	
3.4	Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais	
3.5	Sumário das distribuições de dividendos e retenções de lucro	
3.6	Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores	
3.7	Nível de endividamento da Companhia	
3.8	Dívidas com garantia real, dívidas com garantia flutuante e dívidas quirografárias	
3.9	Outras informações relevantes	
4	FATORES DE RISCO	12
4.1	Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento	
4.2	Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes	
4.3	Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas	
4.4	Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o Emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas	
4.5	Análise do impacto em caso de perda e informações sobre os valores envolvidos em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima	
4.6	Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros	
4.7	Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores	
4.8	Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados	
5	RISCO DE MERCADO	20
5.1	Descrição, quantitativa e qualitativamente, dos principais riscos de mercado a que o Emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros	
5.2	Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos	

5.3 Alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, em relação ao último exercício social	
5.4 Outras informações relevantes	
6 HISTÓRICO DO EMISSOR	21
6.1 Data, forma e país de constituição da Companhia	
6.2 Prazo de duração da Companhia	
6.3 Breve histórico da Companhia	
6.4 Data de registro na CVM	
6.5 Descrição dos principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas	
6.6 Pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor	
6.7 Outras informações relevantes	
7 ATIVIDADES DO EMISSOR	23
7.1 Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas	
7.2 Informações sobre cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas	
7.3 Descrição dos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2	
7.4 Identificação de clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor	
7.5 Comentários sobre os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor	
7.6 Países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes	
7.7 Sujeição da Companhia à regulamentação dos países estrangeiros mencionados no item 7.6 e conseqüente afetação aos seus negócios	
7.8 Descrição de relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário	
7.9 Outras informações relevantes	
8 GRUPO ECONÔMICO	29
8.1 Descrição do grupo econômico em que se insere o emissor	
8.2 Organograma do grupo econômico em que se insere o emissor	
8.3 Descrição das operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, ocorridas no grupo	
8.4 Outras informações relevantes	
9 ATIVOS RELEVANTES	31
9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia	
9.2 Outras informações relevantes	33
10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES	
10.1 Comentários sobre condições financeiras, patrimoniais e estrutura de capital da Companhia	
10.2 Comentários dos diretores sobre os resultados operacionais da Companhia	
10.3 demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados	
10.4 Políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor	

- 10.5 Comentários dos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração
- 10.6 de demonstrações financeiras confiáveis
- 10.7 Comentários dos diretores sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia
- 10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor
- 10.9 Comentários dos diretores relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8
- 10.10 Comentários e indicação dos diretores sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor
- 10.11 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

11 PROJEÇÕES**42****12 ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO****43**

- 12.1 Descrição da estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno
- 12.2 Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais
- 12.3 Datas e jornais de publicação
- 12.4 Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração
- 12.5 Descrição de cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem
- 12.6 Informações sobre administradores e membros do conselho fiscal do emissor
- 12.7 Informações sobre os membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários
- 12.8 Informações sobre a experiência profissional e distribuições criminais, administrativas e judiciais dos administradores e membros do conselho fiscal
- 12.9 Informação sobre a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores e controladores
- 12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais
- 12.11 Disposições de acordos que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções
- 12.12 Outras informações relevantes

13 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**51**

- 13.1 Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês
- 13.2 Remuneração reconhecida no resultado do exercício social de 2009 e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
- 13.3 Remuneração variável do exercício social de 2009 e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração
- 13.4 Descrição do plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

- 13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2009
- 13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do exercício social e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária
- 13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2009
- 13.8 Opções exercidas no exercício social de 2009
- 13.9 Informações sobre o Plano de Opções de Compra de Ações
- 13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários
- 13.11 Remuneração média no exercício social de 2009, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal
- 13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e consequências financeiras para o emissor
- 13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto
- 13.14 Indicação dos valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam
- 13.15 Indicação dos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão
- 13.16 Outras informações relevantes

14 RECURSOS HUMANOS

54

- 14.1 Descrição dos recursos humanos do emissor
- 14.2 Comentários sobre quaisquer alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 acima
- 14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados do emissor
- 14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

15 CONTROLE

55

- 15.1 Identificação do acionista ou grupo de acionistas controladores
- 15.2 Informações sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1
- 15.3 Descrição da distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas
- 15.4 Organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- 15.5 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	
15.7 Outras informações relevantes	
16 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	56
16.1 Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto	
16.2 Informações sobre transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente	
16.3 Informações sobre as transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 ocorridas no último exercício social	
17 CAPITAL SOCIAL	57
17.1 Informações sobre o capital social da Companhia	
17.2 Aumentos de capital da Companhia	
17.3 Desdobramentos, grupamentos e bonificações da Companhia	
17.4 Reduções de capital da Companhia	
17.5 Outras informações relevantes	
18 VALORES MOBILIÁRIOS	58
18.1 Descrição dos direitos de cada classe e espécie de ação emitida pela Companhia	
18.2 Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	
18.3 Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto social da Companhia	
18.4 Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais	
18.5 Outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações	
18.6 Indicação dos mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação	
18.7 Informações sobre cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	
18.8 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	
18.9 Ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro	
18.10 Outras informações relevantes	
19 PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA	59
19.1 Planos de recompra de ações da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício corrente:	
19.2 Quantidade, valor total e preço médio ponderado de aquisição da movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria, segregados por tipo, classe e espécie	
19.3 Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	
19.4 Outras informações relevantes	

20 POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	60
20.1 Política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária	
20.2 Outras informações relevantes	
21 POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	61
21.1 Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva	
21.2 Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor e procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	
21.3 Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	
21.4 Outras informações relevantes	
22 NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS	63
22.1 Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia	
22.2 Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia	
22.3 Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	
22.4 Outras informações relevantes	

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO

1.1 Declaração do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Paulo Vicente Sperb, Diretor Presidente e de Relações com Investidores** da Minupar Participações S/A., DECLARO que revisei este Formulário de Referência, que todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19, e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

2. AUDITORES

2.1 Informações sobre os auditores independentes

Nome empresarial:	Rokembach & Cia. Auditores.
Pessoa Responsável:	Luis Antonio Ilha Villanova CPF: 556.198.190-00 Telefone: 051-3388-1100 E-mail: rokembach@rokembach.com.br
Data da Contratação:	22/06/2007
Serviços Contratados:	Revisão especial das Informações trimestrais (ITRs) de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2007; Auditoria completa das demonstrações financeiras – individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.
Nome empresarial:	DRS Auditores CNPJ 05.858.335/0001-69 – Cód. CVM 995-4
Pessoa Responsável:	Roberto José Fidryszewski CPF: 293.455.960-20 Telefone: 051-3343-5556 E-mail: roberto@drsauditores.com.br
Data da Contratação:	01 de abril de 2008
Serviços Contratados:	Revisão especial das Informações trimestrais (ITRs) de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2008; Auditoria completa das demonstrações financeiras – individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008; Revisão especial das Informações trimestrais (ITRs) de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2009; Auditoria completa das demonstrações financeiras – individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009;

Justificativa da Substituição: Por ocasião da substituição foram levados em consideração critério de rodízio de auditores independentes a cada 5 anos

2.2 Remuneração dos Auditores

Total da remuneração aos auditores independentes no último exercício social (2009) corresponde a R\$ 84.210,22.

2.3 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.1. Informações Financeiras Seleccionadas

Controladora	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
a) Patrimônio Líquido (em R\$ mil)	(113.472)	(36.792)	(32.722)
b) Ativo Total (em R\$ mil)	12.071	12.755	12773
c) Receita Líquida (em R\$ mil)	-	-	-
d) Resultado Bruto (em R\$ mil)	-	-	-
e) Resultado Líquido (em R\$ mil)	(76.680)	(4.070)	(12.495)
f) Número de ações, ex-tesouraria.	96.600.000	24.150.000	24.150.000
g) Valor Patrimonial da ação (em R\$)	(0,1175)	(0,1523)	(0,1355)
h) Resultado Líquido da ação (em R\$)	(0,7938)	(0,1685)	(0,5174)
i) Outras informações contábeis seleccionadas:	Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.		

Consolidado	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
j) Patrimônio Líquido (em R\$ mil)	(113.472)	(36.792)	(32.722)
k) Ativo Total (em R\$ mil)	120.999	181.517	158.480
l) Receita Líquida (em R\$ mil)	122.648	129.195	106.545
m) Resultado Bruto (em R\$ mil)	18.733	16.190	14.673
n) Resultado Líquido (em R\$ mil)	(76.680)	(4.070)	(12.495)
o) Número de ações, ex-tesouraria.	96.600.000	24.150.000	24.150.000
p) Valor Patrimonial da ação (em R\$)	(0,1175)	(0,1523)	(0,1355)
q) Resultado Líquido da ação (em R\$)	(0,7938)	(0,1685)	(0,5174)
r) Outras informações contábeis seleccionadas:	Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.		

3.2. a) Medições não contábeis e b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Cálculo do EBITDA ajustado	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
Receita Bruta (em R\$ mil)	134.852	141.017	118.398
Receita Líquida (em R\$ mil)	122.648	129.195	106.545
Resultado Operacional (em R\$ mil)	(139.303)	(4.268)	(12.992)
(+) Depreciações e amortizações (em R\$ mil)	7.331	6.196	4.372
(-) Receitas Financeiras (em R\$ mil)	5.384	7.091	6.795
(+) Despesas Financeiras (em R\$ mil)	(20.734)	(22.287)	(15.562)
(+/-) Itens não recorrentes (em R\$ mil)	¹ 127.618	² (9.584)	³ 6.949
= EBITDA AJUSTADO (em R\$ mil)	10.996	7.540	7.096
Margem EBITDA Ajustado %	8,9	5,8	6,7

¹ Valor reflexo MP 470 e Lei 11.941/2009 (reversão) Crédito Prêmio IPI (R\$ 121.492), contingências de pessoas/atualizações tributárias/outros valores (R\$ 6.126).

² Valor deságio acordo Banrisul (R\$10.782) contingências de pessoas/outros valores (R\$ 987).

³ Contingências de pessoas/multas s/ impostos/outros valores (R\$ 6.949).

3.2 c) O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste formulário. A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma

medida prática para aferir seu desempenho e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. De acordo com o Ofício Circular CVM 1/2005, o EBITDA pode ser definido como lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultados não operacionais e itens não recorrentes.

3.3. Não ocorreram eventos subseqüentes que possam alterar substancialmente as demonstrações contábeis de 31.12.2009.

3.4. Nos 3 últimos exercícios (2007, 2008 e 2009), em virtude dos prejuízos não houve distribuição de dividendos.

3.5. O resultado líquido nos 3 últimos exercícios a companhia não registrou resultados positivos que permitissem distribuição de dividendos.

3.6. Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2009, 31.12.2008 e 31.12.2007 distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7. Nível de endividamento:

	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
a) Montante da dívida de qualquer natureza (em R\$ mil)	239.100	219.919	192.696
b) Índice de endividamento (em R\$)	1,9761	1,2116	1,2159
c) Outro índice de endividamento (facultativo)	Não Indicado	Não Indicado	Não Indicado

3.8. Obrigações da Companhia de acordo com natureza e prazo de vencimento:

31.12.2009	a. Inferior a 1 ano	b. superior a 1 e inferior a 3 anos	c. superior a 3 e inferior a 5 anos	d. superior a 5 anos	Total
Flutuante	-	-	-	-	-
Real	7.849	14.419	2.335	-	24.603
Sem Garantia	8.422	1.152	-	-	9.574
Total	16.271	15.571	2.335	-	34.177

31.12.2008	a. Inferior a 1 ano	b. superior a 1 e inferior a 3 anos	c. superior a 3 e inferior a 5 anos	d. superior a 5 anos	Total
Flutuante	-	-	-	-	-
Real	13.599	7.261	3.106	129	24.095
Sem Garantia	7.139	1.710	-	-	8.849
Total	20.738	8.971	3.106	129	32.944

3.9. Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

4. FATORES DE RISCO

Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, o emissor acredita que poderiam lhe afetar e/ou suas controladas adversamente. Riscos adicionais desconhecidos pelo emissor ou que o mesmo considera irrelevantes, neste momento, também poderão causar efeito adverso relevante em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

4.1. Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. À Companhia

O emissor e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas e podem obter resultados desfavoráveis em alguns desses processos. O emissor e suas controladas estão tomando medidas com vistas a suspender a exigibilidade de certos créditos tributários, a evitar o ajuizamento e/ou prosseguimento de execuções fiscais contra ela e a exigibilidade de prestação de garantias no âmbito de tais execuções, sendo que, caso o emissor ou suas Controladas não logrem êxito nessas medidas, é possível que tenham que efetuar desembolsos ou prestar garantias em juízo. Além disso, as suas provisões para tais contingências poderão não ser suficientes para a satisfação do valor total que o emissor poderá vir a ser exigido a pagar. Decisões desfavoráveis em relação a tais processos poderão ter um efeito adverso relevante para o emissor.

O emissor e suas controladas praticam uma consistente política de seguros, por meio da qual são contratadas diversas apólices de seguro junto a seguradoras brasileiras, idôneas, líderes em seus mercados de atuação, com cobertura para parte de seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, o emissor e suas controladas possuem apólices de seguro contratadas com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, frota de veículos, entre outros.

Não se pode assegurar que as coberturas por elas contratadas são adequadas e/ou suficientes para garantir todas as eventuais perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades diárias. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer eventos não cobertos ou que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, o emissor e suas controladas poderão incorrer em custos adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios, o que poderá impactar nos resultados operacionais do emissor, causando efeitos adversos para os seus negócios. Além disso, o emissor e suas controladas não podem assegurar que serão capazes de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que também poderá gerar perda nos resultados do emissor.

b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O emissor entende não haver riscos para a companhia e suas controladas com relação aos controladores diretos e/ou indiretos.

c. A seus acionistas

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

O emissor pode necessitar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em

ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia, poderá resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

d. A suas controladas e coligadas

Os riscos relevantes relacionados às principais controladas e coligadas são os mesmos relacionados ao emissor.

e. A seus fornecedores

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela controlada Companhia Minuano de Alimentos é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para os negócios e resultados do emissor.

f. A seus clientes

A controlada Companhia Minuano de Alimentos está sujeita a reclamações de consumidores e a reposição de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a companhia.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos produz e vende alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como contaminação, perecimento, adulteração, dentre outros. Caso a companhia venha a ser responsabilizada em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar alguma *reposição* de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de *reposição*, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações. Mesmo que não sejam responsabilizadas em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

O segmento de mercado em que a controlada Companhia Minuano de Alimentos atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso às regiões metropolitanas de algumas dessas companhias. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas e/ou fazer com que tenha que reduzir seus preços, ou, ainda, que não provoque margens de lucro menores.

A maior parte da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A concentração do mercado varejista em grandes empresas, o que a companhia acredita ter sido uma tendência mundial e verificada no Brasil, ainda que em menor intensidade, aumenta o poder de barganha dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor, inclusive da Companhia e de suas Controladas. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes, incluindo a da companhia, elevando sua dependência aos grandes grupos varejistas muito acima dos patamares que historicamente as mesmas têm mantido, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

h. À regulação dos setores em que o emissor atue

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental. Além disso, a companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias federal, estaduais e municipais e à regulamentação do Ministério da Agricultura, relativamente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais e sanitárias pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações ambientais e sanitárias poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a companhia. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da legislação ambiental ou da regulamentação sanitária poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Na opinião do emissor, no momento, não há riscos relevantes que possam influenciar a decisão de investimento, com relação aos países em que atua.

4.2. Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor em relação a cada um dos riscos acima mencionados, casos relevantes

O emissor e suas controladas têm como prática de gestão a análise e monitoração constante dos riscos aos quais estão expostas e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Administração constantemente monitora as mudanças no cenário econômico, político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de *performance*.

No momento, o emissor não tem expectativa de aumento ou redução na exposição dos riscos descritos acima.

4.3. A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões encontram-se em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada

demanda. Em 31 de dezembro de 2009, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, inexistem processos discutidos em âmbito administrativo e os processos que estão sendo discutidos em âmbito judicial, tramitam em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária, aproximadamente 30% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e aproximadamente 70% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2009, o emissor e suas controladas figuravam como reclamadas em 256 processos judiciais de natureza trabalhista. Referidas ações versam basicamente sobre reconhecimento de vínculo empregatício, hora extra e seus reflexos, indenização por acidente de trabalho, responsabilidade subsidiária, indenização por danos morais e materiais, dentre outras matérias.

Em 31 de dezembro de 2009, o emissor e suas controladas mantinham provisão para perdas prováveis em processos judiciais de natureza trabalhista no montante aproximado de R\$ 1,71 milhões, com depósitos judiciais de aproximadamente R\$ 1,22 milhões efetuados.

Tributárias:

Em 31 de dezembro de 2009, o emissor e suas controladas eram parte em 115 ações fiscais (judiciais e administrativas) e mantinha provisão para questões relativas às pendências tributárias no montante aproximado de R\$ 56,11 milhões.

As contingências tributárias totalizam R\$ 55.468 (R\$ 789 em 2008). Nesse total, estão inclusos os valores referente ao IRPJ e CSLL relativos ao exercício de 2006, totalizando R\$ 54.679. Com a adesão a MP 470/2009, a controlada Companhia Minuano de Alimentos reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 5 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento do referido crédito, no exercício de 2006, a Companhia ofereceu a tributação pelo IRPJ e CSLL o resultado do exercício, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito.

Conforme entendimento dos assessores jurídicos, com o reconhecimento da inexistência do referido crédito, tanto o IRPJ e CSLL decorrentes do reconhecimento indevido, devem ser revertidos. "Se a receita que gerou o lucro tributável foi revertida reduzindo-o, tanto o IRPJ quanto CSLL devem ser revertidos para refletir a correta tributação sobre aquele resultado".

A assessoria jurídica está buscando, por meios legais, a desqualificação dos referidos tributos junto a Receita Federal do Brasil.

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível totalizam R\$ 139.987 (R\$ 98.048 em 31 de dezembro de 2008), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

Crédito Prêmio de IPI Exportação

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a

controlada Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990 que estava registrado desde o exercício de 2006, e promoveu a liquidação de débitos resultantes de compensações conforme permitido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 470 de 13 de outubro de 2009 mediante a utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL como moeda.

O saldo de R\$ 33.819 mil no Ativo, decorre da decisão da administração em limitar o crédito à decisão do STF, mantidas algumas compensações de tributos federais, referente exercícios anteriores. A administração através de seus assessores jurídicos, efetuou recursos administrativos e está propondo medidas judiciais para obter o reconhecimento do direito de compensação, cujo êxito é considerado plenamente possível, pois decorre de coisa julgada. As compensações referentes a exercícios anteriores que não foram mantidas, foram objeto da MP470/2009.

Apesar do pronunciamento formal da Receita Federal do Brasil ocorrido em 04/09/2009, através do Parecer/DRF/SCS/SAORT nº 126/09, a administração, tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva, pois já houve o transcurso do prazo para interposição de ação rescisória, bem como existem normativos legais vigentes à época que asseguram o direito da empresa, o que foi confirmado pelos autos do processo julgado favorável a companhia.

Diante da segurança jurídica que atualmente envolve a questão, e das disposições contidas na Deliberação CVM nº 594/2009, item 35, a empresa considera que através das compensações já efetuadas está obtendo os benefícios econômicos decorrentes do direito assegurado judicialmente.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos procedeu às devidas atualizações pela SELIC e compensações do exercício corrente, remanescendo, em 31 de dezembro de 2009, um saldo de R\$ 33.819 (R\$ 89.467 em 31 de dezembro 2008), registrados no ativo não circulante. A Companhia utilizou por meio de compensações junto à Receita Federal do Brasil os seguintes montantes:

Cível

Em 31 de dezembro de 2009, o emissor e suas controladas eram rés em 35 ações cíveis. A maior parte das ações de natureza cível nas quais o emissor e suas controladas figuram como rés envolvem questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2009, o emissor e suas controladas mantinham provisão para eventuais perdas em processos judiciais classificados com probabilidade de perda provável no montante aproximado de R\$ 1,72 milhões, conforme critérios de provisionamento mencionado anteriormente.

4.4. Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam ou tenham sido administradores ou partes relacionadas do emissor ou de suas controladas.

4.5. O emissor e suas controladas não são partes em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos no item 4.3 acima.

4.6. Trabalhista

As principais matérias discutidas nos processos cíveis provisionados são declaração de reconhecimento de vínculo empregatício, troca de uniforme, hora extra e seus reflexos, indenização por acidente de trabalho, responsabilidade subsidiária, indenização por danos morais e materiais, dentre outras matérias.

O emissor e suas controladas provisionam os valores de perda provável dos valores discutidos desses processos.

Reconhecimento de Vínculo Empregatício: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto o reconhecimento de vínculo empregatício de colaboradores empregados de empresas contratadas pelo emissor e suas controladas para com esta última, em especial representantes comerciais.

Horas Extras e Reflexos: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho supostamente pagas de forma indevida, em especial por ex-colaboradores que realizavam serviços fora das instalações do emissor e de suas controladas, tais como vendedores e promotores de vendas externos.

Acidente de Trabalho: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de indenizações por danos ligados a acidentes de trabalho sofridos pelos reclamantes, assim considerados todo e qualquer acontecimento infeliz que advém fortuitamente ou atinge o colaborador, quando no exercício normal de seu trabalho ou de suas atividades profissionais.

Responsabilidade Subsidiária: O A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que tratam de questões de responsabilidade subsidiária. A responsabilidade subsidiária trabalhista representa, o estabelecimento de um traço de responsabilidade do tomador de serviços em relação ao trabalhador empregado da empresa prestadora de serviços, a efetiva empregadora. Pela responsabilidade subsidiária trabalhista atribui-se ao tomador de serviços a condição de garantidor do adimplemento dos créditos trabalhistas devidos pela empresa prestadora de serviços ao empregado, quando esta última não os honra.

Indenização por Danos Morais: A maioria dos processos de natureza trabalhista, além de outros pedidos específicos que serão adiante detalhados, requer indenização por danos morais supostamente causados pelo emissor e suas controladas, decorrentes dos mais variados tipos de ações ou omissões de seus colaboradores que tenham porventura ferido os bens de ordem moral do requerente, tais como os que se referem à sua liberdade, à sua honra, à sua pessoa ou à sua família.

Domingos e feriados em dobro: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto a suposta não concessão do descanso semanal remunerado previsto na legislação trabalhista, o que geraria a obrigação do empregador realizar o pagamento do valor correspondente em dobro.

Indenização por Danos Materiais: Alguns dos processos de natureza trabalhista, além de outros pedidos específicos, requer indenização por supostos danos materiais causados pela companhia, decorrentes dos mais variados tipos de ações ou omissões de seus colaboradores que tenham porventura ferido um bem patrimonial do requerente, diminuindo o valor dele, restringindo sua utilidade, ou mesmo a anulando.

Descumprimento Contratual: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em alguns processos trabalhistas tendo como objeto a alegação de descumprimento contratual por parte da companhia, em relação a obrigações contratualmente previstas, especialmente em contratos de trabalho.

Troca de Uniforme: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de horas por troca de uniforme no exercício de suas funções laborais para a Companhia. Por troca de uniforme, entende-se aquele período entre a entrada na empresa a colocação dos uniformes e o efetivo início das atividades laborais, em consequência do exercício dela, e não apenas em função no tempo ou no momento em que exercia a atividade.

Tributário

Em 31 de dezembro de 2009, o emissor e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados no item 4.3.

Cível

Em 31 de dezembro de 2009, o emissor e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza cível, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados no item 4.3.

4.7. Todas as contingências relevantes que a Companhia ou suas controladas são partes foram descritas no item 4.3 acima.

4.8. Não se aplica ao emissor por se tratar de empresa com sede no Brasil.

5. RISCOS DE MERCADO

5.1 Os principais riscos que o emissor está exposto está relacionado a eventuais rompimentos de “contratos de prestação de serviço” mantidos pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, bem como eventuais oscilações bruscas na variação cambial.

5.2 O emissor não tem uma política de gerenciamento de riscos formal. A administração acompanha e monitora a evolução do mercado e, quando são constatadas possibilidades de riscos iminentes busca proteção adequada para evitar reflexos negativos nas suas operações.

5.3 Em relação ao ultimo exercício a variação cambial e as altas taxas de juros influenciaram nos resultados do emissor.

5.4 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

6. HISTÓRICO DO EMISSOR

6.1 Sociedade constituída, no Brasil, em 01 de agosto de 1984, sob a forma de sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada.

6.2 Prazo de duração indeterminado.

6.3 A companhia foi constituída como uma sociedade mercantil, por cotas de responsabilidade limitada, em 01/08/1984, sob a denominação de Minuano – Exportação, Participação e Administração Ltda, tendo por objeto social o comércio de exportação, participação em outras sociedades e prestação de serviços de administração às sociedades controladas.

A mesma foi administrada durante o primeiro período compreendido entre 01/08/84 e 31/07/87, pelos sócios cotistas a seguir mencionados:

- Norberto Jaeger – Diretor-Presidente
- Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger – Diretor
- Paulo Vicente Sperb - Diretor
- Décio José Schnack – Diretor

Sua sede mantém-se até esta data à Av. Senador Alberto Pasqualini 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado-RS, foro e comarca do mesmo nome.

A AGE de 14/09/90 deliberou sobre a transformação da sociedade em Companhia, a qual passou a denominar-se Minupar Participações S/A.

Motivos da Reorganização Societária

A constituição da Minupar Participações S/A, antecede uma reestruturação Societária objetivando a verticalização da produção através de distribuição de suas atividades operacionais a cinco novas subsidiárias.

A reformulação no organograma visa o crescimento da empresa com a entrada de novos sócios, atendendo às necessidades financeiras e tecnológicas de expansão.

O sucesso proveniente das exportações de partes nobres do frango para o mercado japonês faz com que o projeto de expansão tenha como seu principal objetivo o atendimento à demanda do mercado externo, especialmente de seu maior cliente, o Japão.

6.4 O Registro na CVM ocorreu em 21 de dezembro de 1990.

6.5 Nos últimos 3 exercícios (2007, 2008 e 2009) ocorreram os seguintes eventos relativos a incorporações de controladas:

1.a Em 30.11.2007 a controlada do emissor Frigumz Alimentos S/A. incorporou a outra controlada Companhia Minuano de Alimentos, alterando a sua denominação social para Companhia Minuano de Alimentos, conforme ata de AGE arquivada na JUCERGS em 04/03/2008, sob nº 2947711.

1.b Fortalecimento das Companhias envolvidas (Frigumz Alimentos S/A e Companhia Minuano de Alimentos);

- Economias de escala, mediante a redução e maior grau de diluição dos custos fixos e das despesas gerais e administrativas;
- Fortalecimento da base acionária por meio da concentração dos acionistas em uma única companhia.

1.c Controladas Companhia Minuano de Alimentos e Frigumz Alimentos S/A.

1.d O evento de incorporação ocorrido entre as companhias controladas não gerou efeitos no quadro acionário do emissor.

1.e O quadro acionário do emissor não sofreu alterações.

2.a Em 10.06.2008 a controlada do emissor VALEPAR S/A. incorporou as outras controladas Planalto Participações S/A. e Ponche Verde S/A., conforme ata de AGE arquivada na JUCERGS em 26.08.2008.

2.b As incorporadas encontravam-se desativadas.

2.c Controladas Valepar S/A., Planalto Participações S/A. e Ponche Verde S/A.

2.d O evento de incorporação ocorrido entre as companhias controladas não gerou efeitos no quadro acionário do emissor.

2.e O quadro acionário do emissor não sofreu alterações.

6.6 Não houve, desde a fundação, pedido de falência ou de recuperação judicial ou extra judicial do emissor.

6.7 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

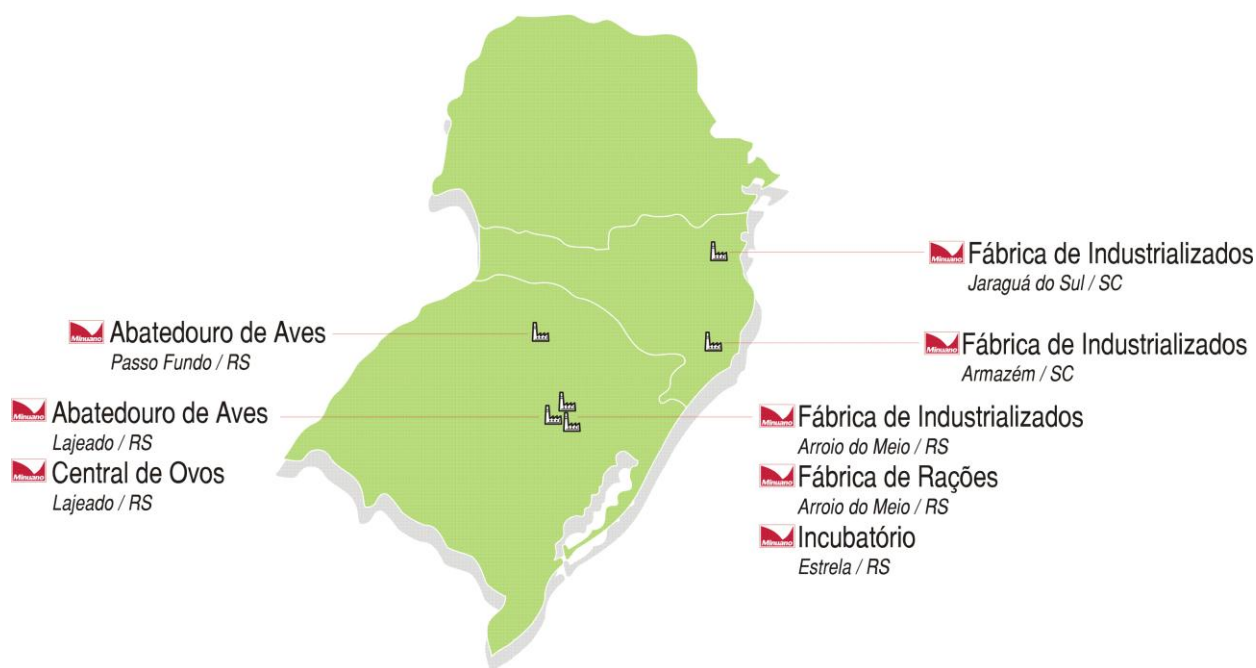
7. ATIVIDADES DO EMISSOR

7.1 Descrição sumária das atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Atualmente a Minupar Participações S.A., tem por objeto social principal através da sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, a criação, o abate, a industrialização e a comercialização de carnes e produtos derivados de aves e suínos, para o mercado interno e externo, e a prestação de serviço para terceiros. Produção e comercialização de ovos de mesa para o mercado interno e externo, e a industrialização de ovo in-natura para ovo liquido e sua comercialização para o mercado interno.

Visando à consecução do objeto social, a controlada Companhia Minuano de Alimentos, no mercado interno, comercializa seus produtos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e exporta para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central. O parque fabril é formado por seis unidades industriais localizados nos estados do Rio Grande do Sul (4) e Santa Catarina (2). A Companhia presta serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves e suínos, com contratos firmados até dezembro de 2012

No mapa apresentamos a localização das unidades industriais da Companhia



A Companhia Minuano de Alimentos, ao longo de mais de 60 anos, desenvolveu e consolidou um modelo de distribuição pulverizado para o mercado interno na região sul, através de Distribuidoras que atendem ao micro e pequeno varejo, com a opção de efetuar também a venda direta aos de médio porte. Com o objetivo de criar um sólido relacionamento de negócios com as grandes redes, efetuamos um atendimento personalizado, através do Departamento Comercial da Companhia, neste segmento.

7.2. Informações sobre cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas

a.1 Produtos e Marcas

A controlada Companhia Minuano de Alimentos atua no setor de alimentos com o seu portfólio de produtos composto por: Salsichas, Mortadelas de Frango, Mortadelas, Presunto, Apresuntados, Peito de Frango Defumado, Quitute de Frango, Linguiça fresca, Linguiça cozida, Patês, Pele Frita e Defumados.

Oferece, ainda, uma grande variedade de produtos para o mercado interno e externo, tendo como principais marcas: Minu e Minuano.

Já no mercado externo atua com marcas como Royal, Minal e Saran o que permite a companhia atuar no mesmo país importador com mais clientes.

a.2 Serviços de Industrialização

A controlada Companhia Minuano de Alimentos mantém contratos de prestação de serviços nas unidades de Lajeado (abatedouro); Arroio do Meio (indústria de rações); Estrela (incubatório); Bom Retiro do Sul (produção de ovos férteis) e Passo Fundo (abatedouro).

b. Receitas provenientes dos segmentos de atuação em R\$ mil

SEGMENTO	2007	2008	2009
Mercado Nacional	34.051	34.919	32.355
Mercado Externo	28.090	39.536	32.077
Industrialização	56.257	66.562	70.420

c. As operações da controlada Companhia Minuano de Alimentos, apresentam Lucro Bruto na ordem de 15% da Receita Operacional Líquida, porém, insuficiente frente às despesas de venda, administrativas e financeiras. A Companhia apresentou prejuízo nos últimos três exercícios.

7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2

a. O processo de produção pode ser caracterizado basicamente em dois.

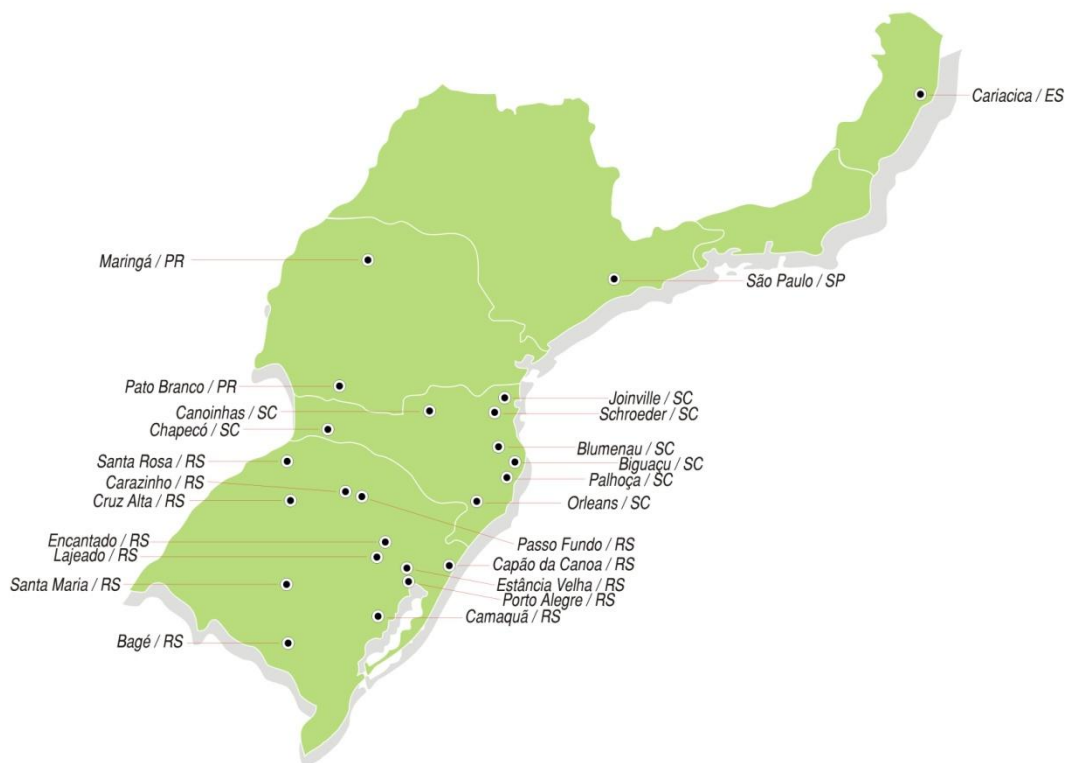
(i) Relacionado aos contratos de industrialização, onde o processo é verticalizado, abrangendo todas as etapas da cadeia avícola. Desde a criação das aves matrizes, localizadas em granjas próprias, o incubatório na produção de pintos de um dia, o fabrico de rações para suprir a necessidade alimentar das aves e o frigorífico, onde o abate e a produção é realizada conforme definição do parceiro operacional.

(ii) Já o processo relacionada à produção de produtos com marca própria, destinados aos mercados interno e externo, os insumos são adquiridos na totalidade de terceiros, inclusive daqueles parceiros das operações de industrialização e elaborados em conformidade com as especificações pré-estabelecidas e aprovadas pelos órgãos de controle. Os produtos são, na sua grande maioria compostos de carnes e condimentos, embalados conforme destino, se nacional ou externo e comercializados resfriados ou congelados.

b. No mercado interno, as vendas da controlada Companhia Minuano de Alimentos, estão concentradas nos estados da região sul do Brasil e corresponderam nos anos de 2007, 2008 e 2009 a 32%, 27% e 24%, respectivamente, do faturamento bruto da Companhia.

São realizadas por meio da combinação de canais de venda direta e indireta através das Distribuidoras. Venda direta compreende todas as vendas realizadas por meio de representantes comerciais. A venda

indireta compreende as vendas realizadas pelos distribuidores. A Companhia atende 23 centros de distribuição, assim localizados: 12 no estado do Rio Grande do Sul, 8 no estado de Santa Catarina, 2 no estado do Paraná e 1 no estado do Espírito Santo. No estado de São Paulo ocorre somente venda direta, através de representante.



Neste contexto, o mix de faturamento da Companhia, relativo a vendas diretas e às vendas a intermediários no mercado interno é a seguinte:

	Mercado	2007	2008	2009
Vendas Diretas	Interno	71%	63%	49%
Vendas Intermediárias	Interno	29%	37%	51%
Total		100%	100%	100%

Produtos Marca Própria - Mercado Externo

As receitas provenientes das operações comerciais realizadas no mercado externo, corresponderam nos anos de 2007, 2008 e 2009, a 26%, 31% e 24%, respectivamente, do faturamento da companhia.

Segundo informações da ABEF (Associação Brasileira dos Exportadores de Frango), as exportações nacionais, relacionadas aos produtos derivados de frango, atingiram, nos anos de 2007, 2008 e 2009, os volumes e faturamento FOB, abaixo demonstrados:

	2007	2008	2009
Volume - Ton	3.286.777	3.645.528	3.634.503
US\$ - FOB/mil	4.975.576	6.948.783	5.814.101

As operações de venda de produtos marca própria para o mercado externo totalizaram no ano de 2009, US\$ FOB 15.837 mil, ou 0,3% das exportações totais dos produtos derivados de frango. Dentre os principais produtos exportados, podemos citar salsichas de carne de frango, mortadelas, quitutes e miúdos de frango como fígado e moela.

As vendas no mercado externo abrangem mais de uma dezena de países, sendo que se destacam entre os principais destinos, Armênia, Angola, Cuba, Hong Kong, entre outros, através de canais de venda direta e representantes.



c. As operações comerciais são desenvolvidas tanto no mercado nacional como no mercado externo através de canais de venda direta e também por intermédio de representantes.

i. Participação em cada um dos mercados

Considerando os volumes atuais praticados pelos grandes players, tanto a nível nacional como no mercado externo, fica difícil mensurar a participação. Como exemplo, a participação dos produtos de marca própria comercializados no mercado externo, no ano de 2009, representaram somente 0,3% do faturamento total dos produtos derivados de frango.

ii. Condições de competição nos mercados

Concorrência

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e pulverizado e conta com a presença de outras companhias tradicionais, a nível nacional, tais como Sadia, Perdigão, Doux, Marfrig, dentre outras. A Companhia enfrenta, ainda, concorrência de companhias regionais, assim como a Pena Branca, Excelsior e Dália que possuem boa aceitação no mercado.

d. De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

e. Os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos de produção própria são entre outros:

Rações: utilizadas no processo de criação das aves de postura comercial, responsáveis pela produção dos ovos comerciais que são vendidos in-natura e também pasteurizados;

Carnes de frangos: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados

destinados tanto ao mercado nacional como ao mercado externo;

Condimentos e especiarias: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado nacional como ao mercado externo.

7.4. Identificação de clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia não apresentou clientes que representassem mais de 10% de sua receita líquida, nas operações comerciais envolvendo produtos com marca própria, tanto no mercado interno como no mercado externo. Já em relação aos parceiros operacionais nas operações de prestação de serviços a terceiros, podemos destacar a significativa participação da empresa Sadia S.A., representando cerca de 35% da receita líquida total da companhia.

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, quanto a:

a. As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. As unidades operacionais operam mediante licenciamentos ambientais nas esferas estaduais dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mediante licenças concedidas pela FEPAM e pela FATMA, respectivamente. Esses processos são periodicamente revistos e sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. Paralelo a essas licenças de operação, as unidades da Companhia estão sujeitas ao rigoroso sistema de certificação estabelecido pelo Ministério da Agricultura, através do Sistema de Inspeção Federal, o qual mantém constante monitoramento das operações industriais.

b. No desenvolvimento e execução de suas atividades industriais, ao longo de seus 64 anos de atuação, a companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental.

A companhia não assinou nenhum contrato de adesão a padrões internacionais de proteção ambiental. A companhia se utiliza de recursos hídricos provenientes de captação subterrânea e ainda de abastecimento público por empresa concessionária. A companhia procura obter outorga de direito de uso dos recursos hídricos captados em seus empreendimentos.

A companhia utiliza em seus processos produtos controlados pela Polícia Federal, como a amônia para a geração de frio. Para tanto possui as devidas licenças.

Com relação aos resíduos, tanto líquidos como sólidos, são mantidos contratos com empresas certificadas para dar o devido destino a esses resíduos.

c. As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de sua atuação. Além da proteção das marcas no mercado nacional, a companhia busca proteger suas principais marcas em outros países.

Outras informações relacionadas a marcas e patentes, podem ser verificadas na seção 9.1.b deste formulário de referência.

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes:

a. Com relação ao exercício de 2009, 74% ou R\$ 90.571 mil da receita líquida é proveniente das operações realizadas no país sede do emissor, ou seja, Brasil.

b e c. Com relação à receita líquida proveniente dos clientes estrangeiros do emissor, 26% ou R\$ 32.077 mil são oriundos dos mesmos, e dentre os principais países citamos Armênia, Angola, Cuba, Hong Kong.

7.7 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item anterior, o emissor não está sujeito à regulação desses países e tal sujeição não afeta os negócios do emissor.

7.8 Não existem outras relações de longo prazo relevantes do emissor.

7.9 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

8. GRUPO ECONOMICO

8.1.a

Acionista	%
SSJ Participações e Representações Ltda.	21,47
Francisco Asclepio Barroso Aguiar	14,71
José Oswaldo Morales Junior	7,14
Ernani Catalani Filho	6,73
Outros	43,5

8.1.b Controladas diretas:

Companhia	%
Valepar S/A.	99,9946
Sulaves S/A.	99,9988

Controlada Indireta:

Companhia	%
Companhia Minuano de Alimentos	96,20

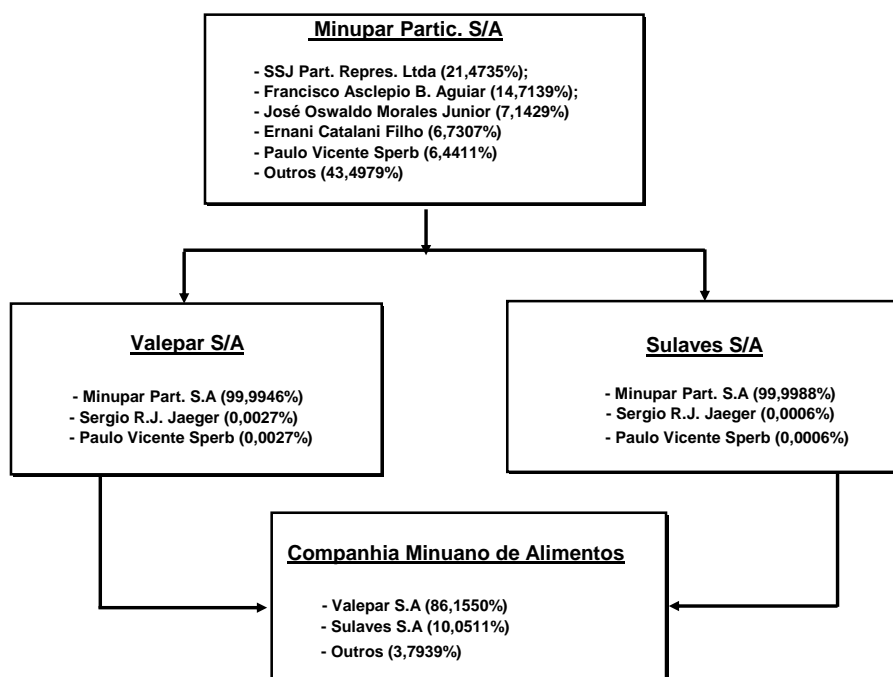
8.1.c

Companhia	%
Valepar S/A.	99,9946
Sulaves S/A.	99,9988

8.1.d Não há sociedades do grupo com participação no emissor

8.1.e Não há sociedade sob controle comum

8.2



8.3 (i) Em 30.11.2007 ocorreu a incorporação da controlada Companhia Minuano de Alimentos pela controlada Frigumz Alimentos S/A. que alterou a denominação social para Companhia Minuano de Alimentos, conforme ata de AGE arquivada na JUCERGS em 04/03/2008, sob nº 2947711.

(ii) Em 10 de junho de 2008 ocorreu a incorporação das controladas Ponche Verde S/A. e Planalto Participações S/A. pela controlada Valepar S/A., conforme ata de AGE arquivada na JUCERGS em 26/08/2008, sob nº 3021275.

8.4 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:

a) ativos imobilizados

Unidades (RS)	Atividade	Status	Descrição
F1 – Lajeado Valor Residual R\$ mil 34.068	Abatedouro Frigorífico de aves	Ativa	Prestação de Serviços para Sadia S/A. Funcionários e custos fixos mantidos pela Minuano. Sadia paga pelos serviços de abate e corte de frangos. Capacidade de Produção (190 mil frangos/dia – 100% cortes).
F2 – Arroio do Meio Valor Residual R\$ mil 3.311	Industrializados	Ativa	Produz industrializados com a marca própria Minuano para mercado interno (25%) / externo (75%) e presta serviços sazonais de terceirização para outras agroindústrias.
F3 – Passo Fundo Valor Residual R\$ mil 6.811	Abatedouro frigorífico de aves	Ativa	Presta serviços para a Doux-Frangosul. Funcionários e custos fixos mantidos pela Minuano. Doux-Frangosul paga pelos serviços de abate de frangos. Capacidade de Produção (100 mil frangos/dia – 100% Inteiros).
Fábrica de Rações Valor Residual R\$ mil 4.779	Fábrica de rações e concentrados	Ativa	Prestação de Serviços para a Sadia S/A.
Granjas – Incubatório Valor Residual R\$ mil 9.505	Recria de aves de reprodução, produção de ovos férteis e produção de pintos de um dia	Ativa	Prestação de Serviços para a Sadia S/A.
Granja e Central de Ovos Valor Residual R\$ mil 1.679	Ovos comerciais	Ativa	Produz ovos in-natura e líquido.
Unidades (SC)	Atividade	Status	Descrição
F4 - Jaraguá do Sul Valor Residual R\$ mil 1.859	Industrializados	Ativa	Produz industrializados com marca própria. Está habilitada para a exportação de carcaças/cortes de suínos e embutidos para a Rússia, Lista Geral e Mercosul.
F5 - Armazém Valor Residual R\$ mil 1.030	Abatedouro	Ativa	Presta serviços de abate de suínos para terceiros, e produz industrializados de frango com a marca Minuano.

As tabelas acima descrevem as unidades produtivas que compõem o ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da companhia. Os valores informados são líquidos de depreciação e foram apurados na data base de 31.12.2009.

Abaixo, tabela com a composição total dos bens do ativo imobilizado, por grupo patrimonial.

Imobilizado – Consolidado

				2009	2008
	Taxa Anual %	Imobilizado	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	5.931	-	5.931	5.239
Edificações	4	51.577	(22.453)	29.124	42.312
Máquinas e Equip.	4-10	48.453	(27.880)	20.573	8.617
Instalações	4-10	17.462	(10.141)	7.321	9.757
Móveis e Utens.	4-10	3.885	(3.506)	379	369
Equip. Informática	20	1.813	(1.480)	333	428
Veículos	20	927	(856)	71	48
Vasilhames	10	352	(258)	94	114
Aves Reprodução	100	-	-	-	538
Aves Postura	87	1.064	(569)	495	651
Imob. Andamento	-	18	-	18	377
Outros	-	9	(7)	2	7
Total		131.491	(67.150)	64.341	68.457

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Comentários dos administradores

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2009.

Neste ano o desempenho da Companhia, apesar dos esforços da administração, não registrou crescimento no faturamento, bem como em volume de produção. Tudo isto em virtude da crise que se abateu sobre o setor avícola mundial. No entanto, ocorreu no período, uma queda nos custos de produção e considerável melhoria do EBITDA que atingiu seu melhor resultado, em valor absoluto, desde 2003 e melhor índice de margem líquida desde 2005, como se verá a seguir demonstrado. A Companhia deu sequência ao seu programa de reestruturação iniciado em 2003, período pós-Concordata Preventiva de sua controlada operacional, em que a empresa mudou seu perfil, passando também a prestar serviços de industrialização.

A controlada manteve, durante o período, os contratos de prestação de serviços representando cerca de 52% da receita.

Os investimentos realizados ainda no decorrer de 2008, pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, visando atender as novas demandas dos contratos de prestação de serviços, elevando a capacidade de abate de 190 mil para 290mil aves/dia nas plantas de Lajeado (RS) e Passo Fundo (RS), ainda não foram plenamente implementados, motivados principalmente pelos reflexos da crise financeira mundial, instalada no último trimestre de 2008 e seus reflexos no ano de 2009, e uma maior cautela no mercado avícola verificada na lenta recuperação pós-crise e retomada de mercados sinalizados somente para o decorrer do ano de 2010.

No âmbito estratégico, continuaremos na consolidação das mudanças e na busca de soluções que visem o aumento de competitividade nos mercados interno e externo oferecendo produtos de qualidade a preços compatíveis, excelência na prestação de serviços nas parcerias, bem como a redução do passivo financeiro.

O ano de 2009 foi marcado por uma significativa mudança da estrutura patrimonial da Minupar Participações S/A., reflexo das adesões da Controlada Companhia Minuano de Alimentos aos programas de parcelamentos fiscais instituídos pelo Governo Federal no âmbito da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da Lei 11.941/2009 e Medida Provisória 470/2009.

Com relação ao parcelamento previsto na Lei 11.941 a Companhia procedeu nos termos da Portaria conjunta PGFN e RFB nº 6/2009 e está aguardando a consolidação dos débitos.

A Companhia adotou o entendimento do STF no que concerne ao Crédito Prêmio IPI, instituído pelo DL nº 491/69 que julgou indevidos os créditos após 05/10/1990, procedendo os ajustes em seu Ativo.

Os comentários a seguir foram embasados: (1) nas Demonstrações Contábeis auditadas e respectivas Notas Explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, as quais foram elaboradas em conformidade com a legislação societária e as práticas contábeis ora adotadas no Brasil, e (2) em resultados, informações e relatórios internos divulgados ou não pela Companhia e/ou empresa controlada, bem como, naqueles obtidos em fontes externas.

Resultado Financeiro Consolidado

As despesas financeiras tiveram uma redução de R\$ 1,6 milhões passando de R\$ 22,3 milhões em 2008 para R\$ 20,7 milhões em 2009. Já as receitas financeiras apresentaram uma redução de R\$ 1,7 milhões, passando de R\$ 7,1 milhões em 2008 para R\$ 5,4 milhões em 2009. Tais alterações se originaram, principalmente pela, redução dos juros s/impostos e da base de cálculo do Crédito Prêmio IPI.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Foram registrados nesse grupo todos os resultados relacionados à adesão aos programas de parcelamentos fiscais, instituídos pelo Governo Federal no âmbito da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da Lei 11.941/2009 e Medida Provisória 470/2009, no montante de R\$ 121,5 milhões negativos, originados basicamente da reversão das compensações com o Crédito Prêmio IPI Exportação de períodos posteriores a Outubro de 1990.

Investimentos

Em 2009 os investimentos da Minupar Participações S/A. totalizaram R\$ 3,6 milhões (R\$ 33,1 milhões em 2008 e R\$ 8,7 milhões em 2007). Essa redução se comparada ao ano de 2008, é justificada pelo fato de que no ano de 2008 foram realizados investimentos nas plantas da Controlada Companhia Minuano de Alimentos elevando a capacidade de abate dos frigoríficos de Lajeado (RS) e de Passo Fundo (RS).

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**i) Hipótese de resgate**

Não há previsão relativa à possibilidade de resgate das ações do emissor.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Prejudicado em virtude da inexistência da possibilidade de resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Minupar obteve no ano de 2009, uma geração EBITDA de R\$ 11,0 milhões, valor este insuficiente frente ao custo financeiro atual e de anos anteriores.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques atrelados às operações de exportações.

Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos circulantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs e limites de créditos bancários.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Instituição Financeira	Encargos	Vencimento	2009	
			Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A – ACC	U\$ + 9,0%aa	2010	3.342	-
Banrisul S/A – CCI	CDI +10,7%aa	12/2009	53	-
Banrisul S/A – CCI	CDI +10,0%aa	11/2010	2.439	-
Banrisul S/A – CCI	CDI +4,0%aa	03/2011	936	216
Bicbanco S/A – Giro	CDI +1,3%am	08/2012	469	5.156
Daycoval S/A – CCB	2,2%am	10/2009	1.074	-
Outras – Limite Crédito	-	-	1.486	28
Acordos Bancários	TR +1,0%am	01/2011	2.027	301
Acordos Bancários	TR +1,0%am	01/2014	3.374	5.427
Reaver	TJLP+6,5%aa	05/2005	7.849	-
Total			23.049	11.128

Os acordos bancários referem-se às renegociações de obrigações contratadas com o Banco do Brasil S/A e sobre os mesmos incidem juros de 1,0% ao mês mais TR. Os acordos possuem vencimento final em janeiro de 2011 (R\$ 2.328) e janeiro de 2014 (R\$ 8.801). Os acordos estão garantidos por garantias reais (hipoteca de imóveis e penhor de máquinas e equipamentos) e avais dos administradores.

A operação Reaver (Caixa-RS) encontra-se vencida e sobre ela incide juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há restrições impostas ao emissor em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de financiamentos do emissor não está totalmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não correram alterações significativas nos itens que compõem as demonstrações financeiras nos últimos três exercícios.

10.2. Comentários dos Administradores

O comentário a seguir contempla os seguintes itens:

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nos últimos três exercícios, podemos considerar como de extrema relevância na composição do faturamento da controlada Companhia Minuano de Alimentos, os contratos de prestação de serviços de industrialização por encomenda realizados para Sadia S.A. e Doux Frangosul, respondendo por aproximadamente entre 50% e 55% da receita bruta.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais nos últimos três exercícios.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não ocorreram variações significativas nas receitas atribuídas por mudanças de preço, taxa de câmbio, inflação, volumes ou mesmo outros fatores nos três últimos exercícios.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (valores expressos em milhares de reais)

	2009	2008	2007
Receita Bruta Consolidada Sem eliminações	135.100	141.017	118.398
Receita Líquida Consolidada	122.648	129.195	106.545
Lucro Bruto Consolidado	18.732	16.190	14.673
Resultado Operacional Consolidado	(139.303)	(4.268)	(12.992)
Prejuízo Líquido do Exercício	(76.680)	(4.070)	(12.495)
EBITDA Consolidado	10.966	7.540	7.096
Prejuízo por Ação	(0,7938)	(0,1685)	(0,5174)

As vendas de produtos com marca própria Minuano, mercados interno e externo, registraram uma redução de 13,1% - R\$ 64,7 milhões em 2009 e R\$ 74,5 milhões em 2008. Essa redução é verificada principalmente nas operações do mercado externo, onde o faturamento reduziu 18,9%, reflexo da crise verificada no setor avícola com redução de embarques e preços praticados no mercado externo pós-crise internacional.

O faturamento de serviços em 2009 atingiu R\$ 70,4 milhões (R\$ 66,6 milhões em 2008) apresentando um crescimento de 5,7%, originado pela atualização de preços dos contratos em vigor.

Embora a Companhia obtivesse uma redução de 4,2% das receitas, o lucro bruto apresentou um incremento de 2,8 p.p. (R\$ 16,2 milhões em 2008 e 18,7 milhões em 2009 – respectivamente 12,5% e 15,3% da Receita Líquida), tendo em vista as variações registradas no custo da matéria prima e política de preços praticado no mercado externo, principalmente nos primeiros 9 meses do ano de 2009.

As despesas com vendas que em 2008 representavam 4,8% sobre a receita líquida passaram a representar 4,4% em 2009. Já as despesas administrativas correspondem a 6,8% sobre a receita líquida (5,3% em 2008). O fato de que cerca de 52% da receita da Companhia é originária da prestação de serviços, as despesas administrativas, se relacionadas às receitas, não apresentam uma relação adequada comparativamente a companhias similares do mercado de carne de aves, suínos, bovinos e derivados.

Com relação ao EBITDA, registramos uma elevação em 2009 em relação ao ano anterior. O aumento foi de 45,4% ou o equivalente a R\$ 3,5 milhões, atingindo o total de R\$ 11,0 milhões. Já a Margem EBITDA aumentou de 5,8% para 8,9%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras tiveram uma redução de R\$ 1,6 milhões passando de R\$ 22,3 milhões em 2008 para R\$ 20,7 milhões em 2009. Já as receitas financeiras apresentaram uma redução de R\$ 1,7 milhões, passando de R\$ 7,1 milhões em 2008 para R\$ 5,4 milhões em 2009, ocasionada pela base menor de aplicação de SELIC

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Foram registrados nesse grupo, todos os resultados relacionados à adesão aos programas de parcelamentos fiscais instituídos pelo Governo Federal no âmbito da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da Lei 11.941/2009 e Medida Provisória 470/2009, no montante de R\$ 121,5 milhões negativos, originados basicamente da reversão das compensações com o Crédito Prêmio IPI Exportação de períodos posteriores a Outubro de 1990.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não há ocorrência de eventos ou operações não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008, a Companhia optou pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, as quais modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis de 2009 foram elaboradas e apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, as quais abrangem a legislação societária, associadas aos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Na opinião do emissor não há efeito significativo a destacar.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

(4) A controlada Companhia Minuano de Alimentos possui registrado no Ativo o montante de R\$ 35.538 mil referente a crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio

exportação), sobre o qual decorrem os seguintes fatos: a) apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. Contudo, os assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal (nota 19); b) A Controlada utilizou parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R\$ 1.719 mil. Assim sendo, a Administração da Companhia, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos.

Como consequência dos assuntos acima mencionados, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto na manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência de ser negado de forma definitiva o direito as mencionadas compensações e eventual reversão do entendimento jurídico vigente.

(5) Em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte do passivo tributário no Parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009 e na Medida Provisória 470/2009, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nas novas modalidades de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis, controladora e controladas, não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal.

(6) As demonstrações contábeis denominadas de “Controladora” e “Consolidado” foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Minupar Participações S.A. e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos e geração de caixa, e do sucesso nos programas de saneamento implementados pelas empresas, bem como na manutenção do Parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009 e Medida Provisória nº 470/2009. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, as quais abrangem a legislação societária, associadas aos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, saldos de contas correntes bancárias e aplicações de liquidez imediata.

b) Contas a Receber

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência e são representadas pelas faturas emitidas com base em valores nominais. As contas a receber do mercado externo estão atualizadas pelas taxas de câmbio vigente na data do balanço.

A Administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

c) Provisão para Riscos de Crédito

A provisão para riscos de crédito foi constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

d) Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e o preço de mercado ou valor líquido de realização.

e) Outros Ativos Circulante e Não Circulante

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias.

f) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas estão avaliados de acordo com o método de equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional. Para os investimentos em controladas que apresentam o passivo a descoberto, foi constituída a respectiva provisão para perda registrada no passivo. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas estimadas na realização destes ativos, quando aplicável.

g) Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de reavaliação espontânea, corrigido monetariamente até dezembro de 1995 e ajustado pelas depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou construção e reavaliação, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens. As aves reprodutoras são registradas pelo seu custo de formação, que inclui o custo das matrizes, ração, medicamentos e mão-de-obra. Estes custos são acumulados por aproximadamente seis meses até o início do ciclo reprodutivo. A partir deste momento os custos das aves passam a ser amortizados linearmente. O ciclo reprodutivo situa-se em torno de quatorze meses. A Companhia decidiu manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação, constituídas antes da vigência da Lei nº 11.638/07, até sua efetiva realização.

Em atendimento ao que determina o CPC 27, a Companhia contratou empresa especializada e procedeu, no exercício de 2009, a revisão e ajuste da vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação de seus parques fabris.

h) Intangível

O ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos de marcas e patentes, softwares e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de cinco anos. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e contribuição social.

k) Outros Passivos Circulante e Não Circulante

Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

l) Ativos e Passivos Contingentes

Os Ativos Contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas mencionados em nota explicativa.

Os Passivos Contingentes são provisionados quando há possibilidade de perdas prováveis e os montantes envolvidos mensuráveis com segurança. As perdas consideradas possíveis são apenas mencionadas em nota explicativa e as perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

m) Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

O Patrimônio Líquido Negativo está substituído pela expressão “Passivo a Descoberto” e está demonstrado de acordo com a Deliberação CVM nº 488/2005.

n) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia utilizou estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

o) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos, circulantes e não circulantes, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

p) Ajuste a Valor Presente

A Companhia concluiu não ser aplicável o ajuste a valor presente para os elementos do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, conforme dispõe o CPC 12 (Deliberação CVM nº 564/08), uma vez que os ativos e passivos de longo prazo não são passíveis de ajuste, bem como os efeitos de curto prazo não são relevantes.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Com base nas melhores práticas, a Companhia, busca manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são frequentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

As verificações por amostragem realizadas pela Auditoria Externa, não identificaram falhas relevantes que possam comprometer a segurança dos controles internos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.** e suas controladas, em 31 de dezembro de 2009, o Resultado de suas Operações, as Mutações do seu Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto), os seus Fluxos de Caixa e os Valores Adicionados, bem como as respectivas Demonstrações Consolidadas do Resultado, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não foram feitas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não ocorreram desvios.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não ocorreram desvios

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não ocorreram desvios.

10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, comentar:

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

10.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

a.i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2009 os investimentos da Minupar Participações S/A. totalizaram R\$ 3,6 milhões (R\$ 33,1 milhões em 2008 e R\$ 8,7 milhões em 2007). Essa redução se comparada ao ano de 2008, é justificada pelo fato de que no ano de 2008 foram realizados investimentos nas plantas da Controlada Companhia Minuano de Alimentos elevando a capacidade de abate dos frigoríficos de Lajeado (RS) e de Passo Fundo (RS).

a.ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a geração própria de caixa, recursos dos parceiros operacionais e fornecedores de ativo fixo.

a.iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não indicação de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que venham influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não há previsão de novos produtos e serviços.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante do desempenho operacional foram comentados nos itens anteriores.

11. PROJEÇÕES

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12. ASSEMBLÉIA GERAL

De acordo com seu Estatuto Social, elaborado sob as regras da Lei das Sociedades por Ações a Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

A gestão da Companhia está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas (não estatutária) que são responsáveis pela gestão das diversas áreas da Companhia responsáveis pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária.

12.1.a (i) Conselho de Administração:

- a Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- b Aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários a sua execução;
- c Aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operações e/ou de investimentos;
- d Acompanhar em caráter permanente o desenvolvimento e desempenho da sociedade;
- e Estabelecer a estrutura administrativa da sociedade e aprovar o seu Regimento Interno;
- f Eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
- g Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- h Fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;
- i Estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da companhia;
- j Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- k Manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- l Deliberar “ad referendum” da Assembléia Geral, sobre os pagamentos de dividendos, inclusive intermediários;
- m Manifestar-se sobre o encaminhamento a Assembléia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;
- n Autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacado o capital necessário;
- o Escolher e destituir os Auditores Independentes;
- p Autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;
- q Manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a diretoria submeter a sua aprovação;
- r Autorizar o aumento de capital previsto no Artigo 6º;
- s Avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante a orientação dos negócios da companhia, respeitada a competência da Assembléia Geral;
- t Autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedade coligada ou controlada;
- u Autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a companhia e seus acionistas e pessoas ligadas;
- v Autorizar a companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
- w Autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;

- x Autorizar a alienação de bens de ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos atos enumerados nesta alínea, exceda os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho na reunião que anualmente eleger a Diretoria;
- y Deliberar sobre os casos omissos bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.

12.1.a (ii) Diretoria:

Compete aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22 do Estatuto Social.

12.1.b O Conselho Fiscal não é permanente e não está instalado. A companhia não tem Comitês instalados.

12.1.c Não há mecanismos de avaliação de desempenho formalizados.

12.1.d Ao Diretor Presidente compete:

- a Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
 - b Submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras previstas em lei e balancetes, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação;
- Aos diretores sem designação compete:

A prática dos atos e a gestão das áreas fixadas pelo Conselho de Administração ou constantes do Regimento Interno, quando aprovado.

Com as exceções previstas no Estatuto Social, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação por parte da companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados:

- a por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.
A companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor:
- a Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- b Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à companhia;
- c Firmar correspondência e atos de simples rotina;
- d Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da companhia;
- e Para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar;

O Estatuto Social não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores.

As procurações serão sempre outorgadas em nome da companhia por 02 (dois) Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

12.1.e Não há mecanismos de avaliação dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e diretoria formalizados.

12.2.a A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia é convocada, mediante 3 publicações do Edital que conterà todos os assuntos da ordem do dia, com antecedência de 15 dias, a primeira convocação e com 8 dias a segunda convocação.

12.2.b Compete à assembléia geral da companhia deliberar sobre todos os assuntos previstos na legislação vigente (Lei.6404/76) e determinações específicas demandadas pela CVM.

12.2.c Os documentos relativos às assembléias gerais estarão disponíveis na sede da companhia, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS), na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.minuano.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

12.2.d Procedimento não adotado pelo emissor.

12.2.e Os acionistas poderão também ser representados por procurador.

12.2.f Quando o acionista se fizer representar por procurador, este deve estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante em tabelionato de notas e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

A regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembléias gerais.

12.2.g O emissor não mantém fóruns destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias.

12.2.h O emissor não tem adotado a sistemática de transmissão ao vivo de vídeo e/ou de áudio das assembléias.

12.2.i Não há mecanismos formalizados visando permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos acionistas.

12.3 Datas e jornais de publicação:

Evento	Jornal	2007	2008	2009
Aviso aos Acionistas	Diário Oficial do Estado RS O Informativo do Vale, Gazeta Mercantil	18, 21 e 22.05.2007		08,14 e 15.04.2009 08,09 e 13.04.2009
Convocação AGO	Diário Oficial do Estado RS, O Informativo do Vale, Gazeta Mercantil	18, 21 e 22.05.2007	26, 27 e 28.05.2008	08,14 e 15.04.2009 08,09 e 13.04.2009
Ata da AGO	Diário Oficial do Estado RS e O Informativo do Vale	14.08.2007	24.07.2008	
Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado RS, O Informativo do Vale, Gazeta Mercantil	14.06.2007	09.04.2008	08.05.2009
Fato Relevante	O Informativo do Vale e Valor Econômico	20.11.2007 e 18.12.2007	06.03.2008 e 29.10.2008	13.01.2009 e 28.05.2009

Observação:

A partir de 2009 o jornal Gazeta Mercantil foi substituído pelo Valor Econômico.

12.4.a Segundo definido no art. 21 do Estatuto Social o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu presidente ou por qualquer um dos Conselheiros.

12.4.b Não existem disposições que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho de administração.

12.4.c Não há regras estabelecidas de identificação e administração de conflitos de interesses.

12.5 Não existe cláusula compromissória inscrita no estatuto para a resolução de conflitos entre acionistas.

12.6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar:

(i) Órgão: Conselho de Administração:

Nome	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	Luiz Carlos Sambo	Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Idade	63	60	49
Profissão	Administrador de Empresa	Economista	Engenheiro Mecânico
CPF	018.019.450-04	376.260.868-72	170.810.253-15
Cargo eletivo ocupado	Presidente Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração
Data da Eleição	16.06.2010	16.06.2010	16.06.2010
Data da Posse	16.06.2010	16.06.2010	16.06.2010
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2011	1 ano Até AGO 2011	1 ano Até AGO 2011
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Eleito Pelo Controlador?			

(ii) Órgão Diretoria Estatutária

Nome	Paulo Vicente Sperb	Darlei Forest
Idade	61	61
Profissão	Administrador de Empresas	Administrador de Empresas
CPF	135.969.770-53	108.080.270-34
Cargo eletivo ocupado	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	Diretor Estatutário
Data da Eleição	16.06.2010	16.06.2010
Data da Posse	16.06.2010	16.06.2010
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2011	1 ano Até AGO 2011
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	Nenhum	Nenhum
Eleito Pelo Controlador?	Eleito pelo CA	Eleito pelo CA

12.7 Não há comitês estatutários, bem como comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração estruturados.

12.8.a Currículo, contendo as seguintes informações: (i) principais experiências profissionais; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

1. Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger

De nacionalidade brasileira, nascido em 31 de dezembro de 1946. É graduado em Ciências Contábeis. Participação em cursos e seminários focados na criação e industrialização de aves e suínos. Iniciou sua atividade profissional na empresa Companhia Minuano de Alimentos em 01 de março.1964, como auxiliar administrativo. A partir de agosto de 1977 integra a diretoria da Companhia Minuano de Alimentos, atuando nas áreas de produção de rações, ovos férteis, suprimentos, pintos de um dia e logística de frota de veículos. No período de dezembro de 1984 a abril de 1997 integrou o Conselho de Administração da Companhia Minuano de Alimentos (companhia aberta). De julho de 1990 a abril de 1997 foi diretor de Minupar Participações S/A., e a partir de maio de 1997 ocupa a presidência do Conselho de Administração. No período de março de 1995 a junho de 2007, integrou a diretoria de Frigumz Alimentos S/A.

2. Luiz Carlos Sambo

De nacionalidade brasileira, nascido em 07 de maio de 1950. É graduado em Ciências Econômicas. Executivo com mais de 30 anos de experiência em Administração Geral e Gestão Financeira. Especializado em aumentar rentabilidade; estabelecer, crescer e expandir mercados, particularmente em ambientes financeiramente instáveis. Forte liderança, criatividade, flexibilidade, compromisso, orientação a resultados, pró-atividade, senso de urgência e mão na massa são as competências desenvolvidas ao longo dos anos. Com atuação na Microlite S/A., presidente (junho de 2004 a setembro de 2008), Revlon Inc (julho de 2000 a dezembro de 2003), Cone Sul, vice-presidente (agosto de 2002 a dezembro de 2003) e Mattel Brasil, gerente geral (maio de 1998 a junho de 2000). Integra o Conselho de Administração da Minupar Participações S/A.

3. Francisco Asclépio Barroso Aguiar

De nacionalidade brasileira, nascido em 19 de fevereiro de 1961. É graduado em Engenharia Mecânica (UFC - Universidade Federal do Ceará), Matemática (UECE - Universidade Estadual do Ceará), Pós-Graduado em Análise de Sistemas (PUC-RJ/Petrobrás 1.800 horas), Pós-Graduado (Mestrado) em Engenharia Nuclear (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro). Foi presidente do Conselho Fiscal da Teleshia S. A., presidente do Conselho de Administração da Recrusul S. A., membro do Conselho Fiscal da Telecomunicações da Bahia S. A. (TELEBAHIA), membro do Conselho Fiscal da Telecomunicações do Ceará S. A. (TELECEARÁ), Conselheiro Fiscal da La Fonte Fechaduras S. A., Conselheiro Fiscal da La Fonte Telecom, Conselheiro Fiscal do Banco da Amazônia S. A., membro do Conselho de Administração da Minupar Participações S. A., membro do Conselho de Administração da Recrusul S.A., e Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Recrusul S. A. Todas companhias abertas com ações negociadas nas principais Bolsas de Valores do Brasil. Atualmente exerce funções de membro do Conselho Fiscal da La Fonte Telecom, membro do Conselho de Administração da Minupar Participações S.A. e membro do Conselho de Administração da Recrusul S. A. Todas companhias abertas com ações negociadas nas principais Bolsas de Valores do Brasil.

4. Paulo Vicente Sperb

De nacionalidade brasileira, nascido em 25 de março de 1949. É graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS de Porto Alegre. Atuou por 2 anos no Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul – Cientec, na área de laboratório de metalurgia. Em 1971 ingressou na Companhia Minuano de Alimentos atuando nas áreas de produção e comercialização nos

mercados interno e externo. A partir de abril de 1977 integra a administração da Companhia Minuano de Alimentos. No período de dezembro de 1984 a abril de 1997 integrou o Conselho de Administração da Companhia Minuano de Alimentos (companhia aberta). A partir de julho de 1990 integra o quadro de administradores da Minupar Participações S. A. (Desde 1996 Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde abril de 1999). No período de março de 1995 a junho de 2007, integrou a diretoria de Frigumz Alimentos S/A. Participação em vários seminários e palestras e nas principais feiras de alimentos no Brasil, USA, França e Alemanha.

5. Darlei Forest

De nacionalidade brasileira, nascido em 06 de março de 1949. Graduado em Ciências Contábeis, Pós-graduado (latu Sensu) em Estratégia de Compras e vendas visão de Marketing, Pós-graduado (latu sensu) em Desenvolvimento gerencial. Iniciou sua atividade no agribusiness em 1969 na Sadia S/A. Por 32 anos ocupou e desempenhou suas funções nas mais diversas áreas da empresa, iniciando como "sales man", tendo ocupado várias funções gerenciais ao longo dos anos (administrativa, financeira, comercial, planejamento). Gerenciou unidades fabris em São Paulo e Rio de Janeiro, processos comerciais em 2 unidades (compra de insumos/grãos e materiais). Durante 2 anos gerenciou, em Milão, as atividades de exportação para os mercados Europeu e do Oriente Médio. Em 1999 retornou ao Brasil assumindo o gerenciamento do mercado da Ásia e área de PMP (Planejamento fabril produtivo). Em 2001 ingressou na Companhia Minuano de Alimentos, respondendo pelas áreas fabris e de exportação. Em 2006 passou a integrar a diretoria da Minupar Participações S/A. Participou de diversos cursos de especialização na North Western University, J. C. Kellogg Graduate School of Management, Chicago USA (Skills, Tools and Competences); Curso de Quality Management Program for Brasil, Association for Overseas Technical Scholarship, Yokohama, Tokyo, Japan; Curso de aperfeiçoamento e Desenvolvimento Empresarial, Fundação Dom Cabral, Universidade Federal de Minas Gerais. Participação nas principais feiras de alimentos no Brasil, USA, França e Alemanha.

12.8.b Órgão: Conselho de Administração

Nome	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	Luiz Carlos Sambo	Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Condenação criminal	Não	Não	Não
Condenação em processo administrativo da CVM e penas aplicadas	Sim. Multa Pendente de Recurso perante o CRSFN	Não	Sim. Multa Pendente de Recurso perante o CRSFN
Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não	Não

12.8b Órgão: Diretoria Estatutária

Nome	Paulo Vicente Sperb	Darlei Forest
Condenação criminal	Não	Não
Condenação em processo administrativo da CVM e penas aplicadas	Sim. Multa Pendente de Recurso perante o CRSFN	Não
Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não

12.9 Informar existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

12.9.a Paulo Vicente Sperb é casado em comunhão universal de bens com irmã de Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger.

12.9.b Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

12.9.c Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor.

12.9.d Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor.

12.10.a Não houve nos últimos exercícios sociais relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores do emissor e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.

12.10.b Não houve nos últimos exercícios sociais relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre controlador direto ou indireto do emissor.

12.10.c Considerando as respostas dos itens anteriores, nada há a informar.

12.11 Não há quaisquer disposições de quais quer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 Todas as informações julgadas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1.a As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

13.1.b A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembléia Geral Ordinária e na Lei 6404/76, a companhia não tem por prática remuneração variável.

13.1.c Não há indicadores de desempenho estabelecidos para determinar elementos da remuneração.

13.1.d Sendo a remuneração fixa, sem benefícios adicionais, a mesma acompanha a evolução do mercado levando em consideração o mercado onde a companhia encontra-se inserida.

13.1.e A política de remuneração alinha-se diretamente aos resultados da companhia e evolução do mercado.

13.1.f A remuneração dos administradores é suportada pelo emissor.

13.1.g Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2.

	2009		2010	
	Nº membros	Remun. – R\$	Nº membros	Remun. – R\$
Conselho de Administração	05	431.587,00	03	536.620,00
Diretoria Estatutária	02	51.840,00	02	63.380,00
Total Remuneração		483.427,00		600.000,00

Observação: O número de membros corresponde à media anual apurada mensalmente

13.2.d

	2009		2010	
	Nº membros	Remun. – R\$	Nº membros	Remun. – R\$
Conselho de Administração	05	431.587,00	03	536.620,00
Diretoria Estatutária	02	51.840,00	02	63.380,00
Total Remuneração		483.427,00		600.000,00

Observação: O número de membros corresponde à media anual apurada mensalmente

13.2.e

	2009		2010	
	Nº membros	Remun. – R\$	Nº membros	Remun. – R\$
Conselho de Administração	05	431.587,00	03	536.620,00
Diretoria Estatutária	02	51.840,00	02	63.380,00
Total Remuneração		483.427,00		600.000,00

Observação: O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente.

13.3 A companhia não pratica remuneração variável aos administradores.

13.4 Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária.

13.5 Os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou conselho fiscal não detém direta ou indiretamente ações ou cotas, no Brasil ou no exterior e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum.

13.6 A companhia não pratica remuneração baseada em ações, motivo pelo qual não há reconhecimento no resultados dos 3 últimos exercícios.

13.7 Não há opções de compra de ações do conselho de administração e diretoria estatutária em aberto no final do último exercício.

13.8 A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária.

13.9 Nos itens 13.6 a 13.8 a companhia informa que não há planos de remuneração dos administradores baseado em ações.

13.10 A companhia não tem planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11

Órgão: Conselho de Administração

	2009
Nº Membros	05
Maior Remuneração individual	15.000,00
Menor Remuneração individual	4.000,00
Media Remuneração Individual	6.200,00

Órgão: Conselho de Administração

	2009
Nº Membros	02
Maior Remuneração individual	4.320,00
Menor Remuneração individual	4.320,00
Media Remuneração Individual	4.320,00

13.12 Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13**2009**

Conselho de Administração
Diretoria

29,28%
6,66%

13.14 Nos 3 exercícios anteriores (2007, 2008 e 2009), não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Nos 3 exercícios anteriores (2007, 2008 e 2009), não foram reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor.

13.16 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

14. RECURSOS HUMANOS

14.1 Nos 3 últimos exercício (2007, 2008 e 2009) o emissor não manteve funcionários.

14.2 Não ocorreram alterações com relação ao divulgado no item anterior.

14.3 Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários, não há políticas de remuneração definidas.

14.4 Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários não há relacionamento com sindicatos.

15. CONTROLE

15.1 Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, situação em 31.12.2009

Acionista	Nacionalidade	CNPJ/CPF	Nº de Ações/Espécie	%
SSJ Participações e Representações Ltda	Brasileira	93.532.506/0001-41	20.743.360 – ON	21,47
Francisco Asclépio Barroso Aguiar	Brasileira	170.810.253-15	14.213.660 – ON	14,71
José Oswaldo Morales Junior	Brasileira	066.016.438-82	6.900.000 – ON	7,14
Ernani Catalani Filho	Brasileira	046.823.318-09	6.501.900 – ON	6,73
Paulo Vicente Sperb	Brasileira	135.969.770-53	6.222.080 – ON	6,44
Sérgio Roberto Jaeschke	Brasileira	018.019.450-04	560.000 – ON	0,58

Observação: O Capital do emissor é composto exclusivamente por ações ON

Composição do Capital Social de SSJ Participações e Representações Ltda.

Cotista	Nacionalidade	CPF	Nº de Cotas	%
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	Brasileira	018.019.450-04	5.426.080	50,01
Vera Beatriz Jaeger Sperb	Brasileira	963.309.290-68	5.425.920	49,99

A última alteração da participação dos acima relacionados ocorreu em 31.12.2009

15.2 Todos acionistas com participação igual ou superior a 5% estão listados no item 15.1 acima.

15.3 Distribuição do Capital conforme apurado na ultima assembléia geral (16.06.2010)

Número de acionistas pessoas físicas	1.515
Número de acionistas pessoas jurídicas	60
Número de Investidores Institucionais	6
Número de ações em circulação - ON	289.800.000

15.4 O emissor optou por não anexar organograma dos acionistas com participação igual ou superior a 5%.

15.5 Não há acordo de acionistas

15.6 Alterações Relevantes

Acionista	2007	%	2008	%	2009	%
Francisco Asclépio Barroso Aguiar	4.073.090	16,86	4.054.490	16,79	14.213.660	14,71
José Oswaldo Morales Junior	1.538.600	6,37	1.700.000	7,04	6.900.000	7,14
Paulo Vicente Sperb	888.950	3,68	1.555.520	6,44	6.222.080	6,44
Ernani Catalani Filho	1.539.460	6,37	1.899.900	7,87	6.501.900	6,73

15.7 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1 A Companhia não possui regra ou política formal sobre partes relacionadas, seguindo, entretanto, as normas e legislação aplicáveis sobre o assunto. A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia. Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas, sempre baseadas no objeto de cada transação, são analisados preços, condições e práticas usualmente de mercado visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

Em regra, a Companhia não realiza operações de natureza financeira com sociedades sob o mesmo controle. Contudo, no que tange à prestação de garantias, o Diretor Presidente da Companhia figura em grande parte dos contratos financeiros na posição de avalista.

16.2 Relação de operações entre partes relacionadas:

Item	Contrato com o mesmo Grupo Objeto e Características do Contrato	Vinculo com a Companhia	Valor Original		Vencimento Prazo	Saldo Remanescente	
			R\$ mil	Data		R\$ mil	Data
01	Contrato de Mutuo com VPV Participações e Repr. Ltda. – Remuneração CDI	Controlada			Indeterminado	2.415	31.12.09
02	Contrato de Mutuo com Paulo Vicente Sperb – Remuneração CDI + 0,5%/mes	Controladora	6.393	14.02.08	Indeterminado	4.383	31.12.09
03	Contrato de Mutuo com Viturugo Rinaldi de Miraanda – Remuneração CDI +1,0%/mes	Controladora	4.813	08.12.09	Indeterminado	4.866	31.12.09
04	Contrato de Mutuo com Sérgio R J Jaeger – Remuneração CDI	Controladora	532	03.04.03	Indeterminado	2.275	31.12.09

16.3 Informações sobre as transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 ocorridas no último exercício social

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas a alta Administração da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Os administradores da Companhia, por sua vez, ao deliberarem acerca da celebração de um contrato entre partes relacionadas estão munidos de opiniões e pareceres técnicos que suportam que determinada operação comercial/financeira celebrada com partes relacionadas, é a melhor opção para a Companhia.

É vedado a qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração votar em deliberação acerca da matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações entre as partes relacionadas são realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação.

17. CAPITAL SOCIAL

17.1 Informações sobre o capital social:

Item	Descrição	Espécie	Nº Ações	Valor Capital – R\$
a	Capital Emitido	ON	289.800.000	9.694.000,00
b	Capital Subscrito	ON	289.800.000	9.694.000,00
c	Capital Integralizado	ON	289.800.000	9.694.000,00
d	Prazo para Integralização	ON	N/T	
e	Capital Autorizado	ON	1.000.000.000	
f	Títulos Conversíveis em ações	ON	N/T	
g	Condições para conversão	ON	N/T	

17.2

Data da deliberação	31 de agosto de 2007
Órgão que deliberou o aumento	Conselho de Administração
Data da emissão	07 de novembro de 2007
Valor total do aumento	R\$ 8.694.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos	483.000 ações ON
Preço de emissão	R\$ 18,00
Forma de integralização	Moeda corrente
Critério utilizado para determinação do valor de emissão	Perspectiva de rentabilidade da companhia
Forma de subscrição	Particular
% em relação ao capital social anterior	869,40%

17.3 Desdobramentos de ações nos 3 últimos exercícios

Data da deliberação	07.novembro2007
Quantidade de ações antes da aprovação - ON	2.415.000
Quantidade de ações após a aprovação	24.150.000
Data da deliberação	27.maio.2009
Quantidade de ações antes da aprovação - ON	24.150.000
Quantidade de ações após a aprovação - ON	96.600.000
Data da deliberação	05.abril.2010
Quantidade de ações antes da aprovação - ON	96.600.000
Quantidade de ações após a aprovação - ON	289.800.000

17.4 Nos últimos 3 exercícios não ocorreram reduções de capital.

17.5 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.2 Não há regras estatutárias que limitam o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 Não há exceções e cláusulas suspensivas nos estatutos relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 Volume de negociações de valores mobiliários em bolsa de valores – últimos 3 anos

Período	Espécie	Volume Negociado	Maior cotação	Menor cotação
1º TRI.2007	ON	8.100	5,37	2,99
1º TRI.2007	PN	1.033.300	5,50	1,25
2º TRI 2007	ON	3.600	16,50	3,00
2º TRI 2007	PN	2.340.700	17,00	3,40
3º TRI 2007	ON	20.300	30,00	10,00
3º TRI 2007	PN	370.800	24,71	10,00
4º TRI 2007	ON	884.200	45,00	4,00
4º TRI 2007	PN	1.735.400	48,00	4,00
1º TRI 2008	ON	4.678.300	10,75	4,20
2º TRI 2008	ON	3.011.500	12,00	7,50
3º TRI 2008	ON	6.047.700	8,38	4,90
4º TRI 2008	ON	6.310.400	7,10	4,79

Observações:

- Em 08.11.2007 – Conversão das PN em ON e desdobramento das ações (9 para cada 1 possuída)
- Em 29.05.2009 – Desdobramento das ações (3 para cada 1 possuída)

18.5 Não há outros valores mobiliários de emissão do emissor.

18.6 Os valores mobiliários de emissão do emissor são admitidos à negociação em São Paulo.

18.7 Os valores mobiliários de emissão do emissor não são admitidos à negociação em outros países.

18.8 Nos últimos 3 exercícios não ocorreram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas.

18.9 Nos últimos 3 exercícios não ocorreram ofertas públicas de aquisição pelo emissor de ações de emissão de terceiros.

18.10 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA

19.1 A companhia não tem planos de recompra de ações de sua própria emissão.

19.2 Nos 3 últimos exercícios (2007, 2008 e 2009) a companhia não manteve ações em tesouraria e nem efetuou transações desta natureza.

19.3 No encerramento do último exercício não havia ações em tesouraria.

19.4 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1 O emissor não adotou nenhuma política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas.

20.2 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

21. POLITICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1 A companhia tem como propósito elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados por todos os administradores, pessoas a eles vinculadas e relacionadas em virtude de seu cargo, função ou posição na controladora, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a companhia, a fim de adequar a política interna da companhia aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e na divulgação de informações relevantes.

Princípios da comunicação corporativa

Ética - Todas as pessoas vinculadas à companhia deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores de boa-fé, lealdade e veracidade.

Acesso à Informação – É essencial que a companhia garanta a disponibilidade de informações relevantes com regularidade e qualidade.

Igualdade de Tratamento - A informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas e investidores da companhia, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo. O relacionamento da companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários dar-se-á de modo uniforme e transparente. O fluxo de informações será contínuo, mesmo em situações de crise.

Transparência – As informações disponibilizadas ao público investidor devem pautar-se pela transparência, ou seja, devem refletir fielmente as operações e a situação econômico-financeira da companhia, bem como, toda divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou qualquer outra divulgação de informação, deverá observar o disposto na legislação em vigor.

Liberdade de Decisão – As decisões de investimento (venda, compra ou permanência) são atos exclusivos de cada investidor, bem como a busca pelos melhores retornos que se devem pautar pela análise e pela interpretação da informação divulgada ao mercado.

Práticas de divulgação de resultados da companhia

A companhia utiliza para comunicação com o público investidor as práticas abaixo:

Relatórios Obrigatórios

Os relatórios obrigatórios são encaminhados pela companhia na forma e prazo estipulados em lei e na regulamentação aplicável, simultaneamente à CVM, BM&BOVESPA e site da companhia

Informativos

(i) Notas de atos ou fatos relevantes e avisos são publicados em jornais de grande circulação na sede da companhia e no local onde a companhia tem negociadas as suas ações.

(ii) Editais de convocação de assembleias gerais, são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e jornais de grande circulação na sede da companhia e no local onde a companhia tem negociadas as suas ações.

(iii) As demonstrações contábeis, atas de assembleias e atas de reuniões de conselho de administração são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e em jornais de grande circulação na sede da companhia.

Qualquer divulgação de informativos deve levar em consideração as disposições aplicáveis aos Relatórios Obrigatórios descritos acima.

Site da Companhia

O site da companhia é um importante veículo de comunicação da companhia com o público em geral e, em especial, com seu mercado de capitais, o qual deve conter a totalidade das informações relevantes com regularidade, qualidade e equidade. Deve ser mantido continuamente atualizado e conter, minimamente: a totalidade das informações da Companhia enviadas para a CVM.

Rumores

Salvo deliberação da diretoria, a companhia não se manifestará sobre rumores ou especulações existentes no mercado a seu respeito.

Feedback à Administração

É responsabilidade da área de Relações com Investidores manter a administração da Companhia informada sobre a percepção do mercado em relação aos resultados, estratégias e perspectivas da Companhia.

21.2 Informação relevante consiste em qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação de assembléia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários. É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e BM&BOVESPA, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, inclusive por meio de anúncio publicado em jornal de grande circulação. Em circunstâncias especiais, poderá submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os administradores entenderem que a divulgação pode colocar em risco interesse legítimo da companhia.

Procedimentos internos para informar e divulgar ato ou fato relevante da companhia

Todas as informações sobre ato ou fato relevante da companhia serão consubstanciadas em um documento elaborado pelo Diretor de Relações com Investidores (o "Documento de Divulgação"), o qual poderá solicitar a participação dos diretores da companhia, envolvidos ou não no ato ou fato que deu origem ao ato ou fato relevante.

Uma vez elaborado, o documento de divulgação será encaminhado pelo Diretor de Relações com Investidores para a sua publicidade no mercado de valores mobiliários.

Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários e executivos com acesso a informação relevante ou qualquer dos integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da companhia observarão os critérios que versam sobre a disponibilização de informações privilegiadas, bem como o seu uso na negociação dos valores mobiliários.

21.3 O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações ao mercado, assessorado pelos demais diretores da companhia.

21.4 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

22.1 – Nos 3 últimos exercícios (2007, 2008 e 2009) não ocorreram aquisições ou alienações de ativos que não se enquadrem como operação normal nos negócios do emissor

22.2 – Nos 3 últimos exercícios (2007, 2008 e 2009) não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

22.3 – Nos 3 últimos exercícios (2007, 2008 e 2009) não foram celebrados, pelo emissor e suas controladas, contratos não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 – Todas as informações julgadas importantes pelo emissor foram prestadas nos demais itens.